

Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia¹

Adriana Richit*

A forma como se concebe política na dinâmica social é um aspecto crucial na avaliação das ações políticas que são empreendidas, da mesma forma que a compreensão da estrutura e funcionamento da política no espaço estriado do Estado torna-se essencial para que os indivíduos possam compreender a axiomática capitalista e seu papel nas formações sociais diversas. Partindo dessa premissa, acredito que a leitura desta obra torna-se pertinente, porque pode proporcionar a professores e educadores em geral uma visão holística da estrutura política, econômica e social do Estado em seu caráter capitalista.

O presente livro é constituído de quatro capítulos (“1227 – Tratado da nomadologia: a máquina de guerra”; “7000 a.C. – Aparelho de captura”; “1440 – O liso e o estriado” e “Conclusão: regras concretas e máquinas abstratas”), caracterizando-se como uma filosofia política na medida em que postula um conjunto de teses que criti-

cam as concepções racionalista liberal e marxista acerca da ação do Estado nas formas de apropriação e organização do espaço e fluxos materiais. Tais teses são apresentadas na forma de axiomas e proposições que enfatizam, de forma objetiva e reflexiva, o papel e a posição da máquina de guerra (de origem nômade) com relação ao aparelho do Estado e seus propósitos, a importância e a ação do nômade no processo de desterritorialização e reterritorialização do espaço estriado do Estado, bem como as relações preexistentes entre os Estados, as formas de captura da máquina de guerra nômade e a axiomática do capitalismo. De acordo com os autores, o Estado é, pela sua natureza e objetivos, dotado

* Doutoranda em Educação Matemática na Unesp/Rio Claro - SP. Membro do GPIMEM. Email: adrianarichit@gmail.com

¹ DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Trad. de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. v. 5.

de uma máquina de guerra institucionalizada, a qual serve ao propósito de estriamento do espaço liso, bem como de captura das máquinas de guerra nômades.

Nos primeiros três capítulos, os autores analisam a questão política do direito e da liberdade civil a partir da questão do domínio dos fluxos. Nessa análise, contradizendo o racionalismo liberal, Deleuze e Guattari afirmam que o direito é impotente para controlar o Estado, porque é interior ao Estado e se constitui numa forma particular de violência. E contradizendo o marxismo, questionam a dialética, o evolucionismo e toda a concepção de progresso histórico, porque, à medida que as evoluções abstratas (coletores, caçadores...) interferem no processo, o evolucionismo desaba. O último capítulo é dedicado a abordar com mais detalhamento e clareza cada um dos conceitos apresentados ao longo dos textos dos cinco platôs, como, por exemplo, agenciamentos, estratos, rizoma, etc.

Focando a questão da ciência régia e da ciência nômade, os autores comentam que “a ciência régia se esforça por limitar, quando reduz ao máximo a parte do *elemento-problema*, e o subordina ao *elemento-teorema*” (p. 26); é inseparável “de um modelo hilemórfico, que implica ao mesmo tempo uma forma organizadora para a matéria, e uma matéria preparada para a forma”. Igualmente a concebem como sendo uma ciência teórica, que se fundamenta em alicerces estáticos e regidos por critérios e regras preestabelecidas.

Por sua vez, a ciência nômade é sensível à conexão do conteúdo e da expressão, pois ambos dispõem de conteúdo e forma; do mesmo modo, não é destinada a tomar um poder ou alcançar um desenvolvimento autônomo, pois necessita de meios para isso, os quais condicionam suas operações na construção de um espaço liso e lhe permitem seguir o fluxo da matéria. Por essa razão, a ciência nômade é constantemente barrada, combatida ou proibida pelas exigências e condições da ciência do Estado.

Tratando da relação entre a estrutura da sociedade e o modo de produção instaurado nesse meio social, Deleuze e Guattari avaliam que uma sociedade ou um grupo social não se constitui apenas por um modo de produção e por suas contradições, mas, sim, as formações sociais se definem por agenciamentos maquínicos. Com isso, teorizam que as sociedades primitivas se definem por mecanismos de conjuração-antecipação-produção; as sociedades e o Estado, por aparelhos de captura, e as sociedades nômades, por máquinas de guerra.

Com base nessas proposições, o problema político é recolocado com base na distinção entre dois grandes tipos de agenciamentos, que diferem entre si por sua natureza, mas que se pressupõem e que são coextensivos a toda a história humana: a máquina de guerra e o aparelho do Estado. Esse agenciamento é considerado o primeiro e o mais notável nos processos de formação e manutenção do Estado e estriamento do espaço nômade. Segun-

do os autores, o Estados não operam a captura sem que o capturado coexista, resista a esse processo de captura nas sociedades primitivas, ou fuja sob formas, cidades ou máquinas de guerra.

Partindo dessas considerações, a criação dos múltiplos conceitos abordados em todos os platôs (agenciamento, máquina abstrata, máquina de guerra, territorialização, desterritorialização, etc.), a análise de suas transformações e de suas relações e a distinção de duas modalidades de temporalização e de espacialização configuram novas direções para a compreensão das sociedades, as quais não devem, *a priori*, ser definidas por suas contradições, mas, sim, por suas linhas de fuga.

Igualmente, postulam que não se devem considerar as classes sociais estabelecidas como sendo detentoras de poder e qualificadamente propensas a processos de apropriação, mas, sim, as minorias devem ser encaradas como sendo potências revolucionárias. O poder das minorias repousa na capacidade de fazer valer a sua força (mesmo que essa minoria seja constituída de apenas um elemento) contra a axiomática do capitalismo do Estado (considerado conjunto não enumerável). Esse confronto se constitui num processo de geração de multiplicidades, pois “o extermínio de uma minoria faz nascer, ainda, uma minoria dessa minoria” (p. 175).

Por fim, afirmam que a máquina de guerra não deve ser definida pela guerra, mas, sim, por um certo modo de ocupar e de inventar novos

blocos espaciotemporais. Tal proposição se deve ao fato de que a máquina de guerra é de origem nômade e, por esta natureza, não visa à guerra ou à apropriação do espaço, mas, sim, destina-se ao rompimento de fronteiras, à destruição das estrias criadas pelo Estado para que o nômade possa movimentar-se livremente pelo espaço e seguir o fluxo da matéria.

Estendendo essa reflexão para os processos de organização e estruturação social, escolar ou acadêmica atual, concluo que o ser humano tem uma tendência natural, uma necessidade inconsciente de tornar o espaço por ele ocupado o mais estriado possível, seja o espaço físico do trabalho, seja o da casa, áreas de pesquisa, áreas de conhecimento, práticas culturais, etc. Acredito, pautada nas reflexões do autor, que essa necessidade pode ser uma resposta ao receio que temos de sermos “aniquilados” pelo aparelho de captura da política, da cultura ou da economia, pois estamos constantemente suscetíveis a críticas, ataques, proibições, etc. Assim, criamos um espaço limitado, no qual nos inserimos juntamente com aqueles que se ajustam às normas estabelecidas ou que tenham interesses comuns aos nossos (por exemplo, uma área de pesquisa). Este espaço tem, portanto, o papel de um “forte”, de um reduto, onde estamos seguros e apoiados por aqueles que compartilham de nossos interesses ou idéias. Além disso, esse processo de estriamento nos permite criar nosso próprio espaço-tempo e nele se nos deslocarmos livremente.